

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 94/XIII/1.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A MANUTENÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO HOSPITAL DE SANTO TIRSO, ASSIM COMO O NECESSÁRIO INVESTIMENTO NO MESMO

O Hospital de Santo Tirso integra o Centro Hospitalar do Médio Ave, conjuntamente com a unidade hospitalar de Famalicão; tem urgência geral e pediátrica de nível básico e serve a população residente nos concelhos de Santo Tirso e Trofa, no distrito do Porto.

O governo PSD/CDS anunciou por diversas vezes a sua intenção de retirar este hospital da gestão pública, entregando-a à Santa Casa da Misericórdia. O Bloco de Esquerda sempre discordou desta decisão, por considerar que esta transferência iria prejudicar os cuidados de saúde ali prestados e, conseqüentemente, a população servida por este hospital.

Apesar da oposição da população e da própria autarquia, e apesar de todas as evidências que justificavam a oposição a esta decisão ideológica de entrega de hospitais públicos a entidades privadas, o Governo PSD/CDS decidiu continuar obstinadamente por um caminho que era oposto ao do interesse público. Foi assim que assinou acordos de cooperação já em final de mandato. Foi assim que homologou o acordo, mesmo depois de ter sido demitido pela Assembleia da República e, por isso, numa situação em que não tinha legitimidade política para homologar a transferência da gestão.

Ao longo da vigência do Governo PSD/CDS, tentou construir-se sucessivas vezes um equívoco, anunciando que se pretendia “devolver” hospitais às misericórdias. Na

verdade, esta formulação é um engodo que pretendia passar a ideia de que se estava a devolver às misericórdias algo que lhes foi retirado, quando assim não é.

De facto, existem hospitais do SNS que funcionam em edifícios que pertencem às misericórdias, sendo que o Estado paga renda pela utilização desses espaços e investiu durante décadas na sua requalificação. Portanto, as misericórdias são senhorias, o Estado é inquilino e as misericórdias recebem mensalmente o pagamento de uma renda pela utilização que o Estado faz desses edifícios ou terrenos. O Bloco de Esquerda questionou sucessivas vezes o Governo PSD/CDS sobre o valor das rendas pagas às misericórdias, mas estes dados nunca foram disponibilizados, apesar das sucessivas e reiteradas insistências. Questionamos agora o atual Governo (Pergunta n.º 86/XIII/1ª) e aguardamos a disponibilização destes dados, que serão certamente muito clarificadores.

O protocolo assinado entre o Governo PSD/CDS e a Santa Casa da Misericórdia previa que o Hospital de Santo Tirso passasse a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia no dia 1 de janeiro de 2016. O atual Governo, por via do Ministério da Saúde, enviou o acordo de cooperação para o Tribunal de Contas, o que levou à suspensão do processo de transferência, optando mesmo por anular o acordo, considerando que o mesmo não tinha racional financeiro e que não defendia o interesse público.

A bem dos utentes e do seu direito ao acesso a cuidados de saúde, o Bloco de Esquerda considera que o Hospital de Santo Tirso deve continuar a ser gerido pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), pelo que se deve manter sob gestão pública, ao mesmo tempo que deve ser alvo de um plano de investimento para ultrapassar falhas e limitações, algumas delas provocadas pelo próprio processo de transferência para a Misericórdia.

De facto, há cerca de um ano que este hospital se vê a braços com possíveis mudanças, o que acarreta instabilidade e turbulência a serviços que carecem de estabilidade. Assim, saíram quatro médicos especialistas e cinco internos no serviço de Medicina Interna, situação que originou mesmo a demissão da diretora deste Serviço. Há também uma redução do número de enfermeiros no internamento, registando-se também falta de material (saturímetros, termómetros, Dinamaps); estas situações levaram já o Bloco de Esquerda a questionar o Governo.

O atual governo anulou o acordo de cooperação estabelecido pelo anterior Governo PSD/CDS, e deve agora assumir que essa anulação é para garantir a gestão pública do

Hospital de Santo Tirso e não para estabelecimento de futuros acordos. Para o Bloco, a situação é muito clara: os hospitais do SNS são públicos e devem ser geridos pelo setor público.

A entrega de hospitais públicos à gestão privada das misericórdias não acautela o interesse público, nem apresenta racional financeiro, como o próprio Governo reconheceu nos casos dos hospitais de Santo Tirso e de São João da Madeira.

É, portanto, essencial assumir o compromisso de que o Hospital de Santo Tirso se irá manter no serviço nacional de saúde, rejeitando a entrega da sua gestão à Santa Casa da Misericórdia ou a qualquer outra entidade privada, e assumindo a sua gestão pública.

É fundamental ainda assumir um outro compromisso: o do financiamento para garantir que este hospital presta os melhores cuidados de saúde possíveis à população. A austeridade do Governo PSD/CDS e a instabilidade lançada pela ameaça do processo de transferência de gestão para a Misericórdia, veio trazer graves problemas de perda de pessoal, falta de meios e de recursos humanos.

É preciso, portanto, que se garanta investimento neste hospital, particularmente no reforço das valências, na contratação de pessoal e na aquisição de meios e material necessário.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - A gestão do Hospital de Santo Tirso seja pública e integrada na rede hospitalar do SNS, rejeitando a entrega deste hospital à Santa Casa da Misericórdia;
- 2 - O Hospital de Santo Tirso seja dotado dos meios financeiros para a efetivação da sua missão;
- 3 - Sejam contratados os médicos, enfermeiros e auxiliares necessários para o bom funcionamento deste hospital.

Assembleia da República, 18 de janeiro de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,